

ENERGIA

ELETRICIDADE

Questões ambientais atrasam usinas

Investidores reclamam da falta de regras claras, enquanto o Ibama culpa a forma das licitações

Jiane Carvalho
de São Paulo

A demora na concessão de licenças ambientais e liminares expedidas pela Justiça, tendo como pano de fundo também a questão ambiental, representam hoje um dos entraves ao aumento da capacidade de geração de energia no Brasil. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem contrato de concessão assinado para a construção de 53 usinas hidrelétricas com mais de 30 MW de potência. Apenas 21 destas usinas já foram iniciadas. Falta de licença ambiental ou liminares atrasam 11 obras. No caso das termelétricas, a situação é pior. Da previsão de que novas usinas gerem, em 2003, 10,7 mil MW, 56% (43 de 78 usinas licitadas, excluindo co-geração) deste potencial não deve sair do papel graças especificamente a questões envolvendo o meio ambiente.

Representantes do segmento, da Aneel e dos próprios órgãos responsáveis pela concessão das licenças são unânimes em afirmar que a questão ambiental é um gargalo importante que atrasa a expansão do sistema. Para o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia (Abrage), Flavio Neiva, o governo tem de correr contra o tempo para garantir o equilíbrio entre oferta e

procura de energia a médio e longo prazo. A demora na concessão das licenças ambientais, segundo Neiva, afugenta os investidores e torna lento o aumento da capacidade de geração, importante para garantir o abastecimento e evitar um novo racionamento. "É difícil planejar algo viável economicamente sem a certeza de quanto tempo vai ser preciso para que o projeto esteja concluído e dando retorno", diz.

Atração de investimentos

Para o presidente da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia (APMPE), Ricardo Pigatto, resolver este gargalo é a única forma de atrair investimentos para o setor. "Os órgãos ambientais que concedem as licenças devem definir regras mais claras do que pode ou não ser feito e onde, em termos de novas usinas, o que seria uma sinalização importante para os potenciais investidores", diz.

Pigatto faz, também, uma crítica ao trabalho dos órgãos ambientais. "Eles deveriam ser fiscalizados para que cumpram os prazos fixados na resolução 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o que hoje não ocorre", alerta. Pela lei, o órgão ambiental competente deve definir a concessão da licença em, no máximo, 12 meses. No entanto, em casos excepcionais,

Sem autorização	
Usinas com construção esperando pela licença ambiental	
Hidrelétricas (acima de 30 MW)	
Licitadas	53
Aguardando licença	11
Termelétricas*	
Licitadas	78
Aguardando licença	43

ARTE GAZETA

Fonte: Aneel *Não inclui co-geração

o prazo pode ser estendido, desde que em comum acordo com o empreendedor. Na prática, o prazo de um ano raramente é cumprido. "Tenho, no Rio Grande do Sul, uma PCH que aguarda a licença ambiental há três anos", reclama.

Dentro do próprio Ibama — órgão responsável pela concessão das licenças ambientais quando a construção da usina tiver impacto em mais de um estado ou for feita em rio federal — há quem reconheça a necessidade de medidas que agilizem a concessão das licenças. Para o diretor de licenciamento do Ibama em Brasília, Nilvo Luiz Alves da Silva, o principal problema é que hoje o processo de licitação, comandado pela Aneel para a construção de uma nova usina, ocorre sem levar em consideração a questão ambiental.

Só depois de uma obra já licitada, diz, é que o empreendedor entra no órgão competente com o pedido da licença. Segundo o diretor do Ibama, mesmo após a licitação feita pela Aneel, o órgão não tem a obrigação de conceder a licença — até porque os órgãos ambientais normalmente não são nem mesmos consultados sobre a viabilidade do projeto em determinada região.

Para Alves, a licitação deveria já incorporar a questão ambiental. "Esta sempre foi a principal causa das demoras na concessão das licenças ambientais, mas nunca mudou por falta de vontade política", justifica. Agora, com o novo governo, há uma tentativa de mudar isto. "Estamos pedindo que seja feita uma avaliação prévia de tudo que está sendo planejado na área de licitação para a construção de hidrelétricas e térmicas e também do que já foi licitado e aguarda a licença ambiental", diz.

Mapeamento prévio das bacias

Outra medida considerada importante para que a questão ambiental pare de atrasar a construção de novas usinas é um mapeamento prévio das bacias hidrográficas do País. "No Rio Grande do Sul, quando eu atuava na secretaria de meio ambiente, fizemos o caminho inverso e, após inventariar as bacias hidrográficas do estado, informamos à Aneel as regiões onde as usinas poderiam ou não ser construídas."

Segundo o diretor do Ibama, isto evita pedidos absurdos como o de duas PCHs licitadas em Carolina, no Maranhão. "Queriam alargar uma área turística importante do estado para a geração de apenas 20 MW de energia, o que seria prejudicial para toda a comunidade." Para Alves, o Ibama e as secretarias estaduais do meio ambiente

deveriam mapear as bacias hidrográficas de todo o País e informar a Aneel sobre o que pode ou não ser licitado. "O sistema atual, em que a licitação precede as preocupações ambientais é ruim para todos: empreendedores, sociedade, governo e órgãos do meio ambiente."

O representante das pequenas e médias usinas acha a idéia de mapear previamente as bacias hidrográficas do Brasil boa, mas arriscada. "Se os órgãos ambientais forem tão morosos no inventário das bacias quanto são para conceder as licenças ambientais, a Aneel não vai conseguir nem mesmo fazer a licitação", diz Pigatto. O presidente da APMPE diz que é preciso capacitar melhor as secretarias de meio ambiente e o Ibama, em termos humanos e de equipamentos, para que sejam mais eficientes em seu trabalho. Embora a legislação que trata do assunto seja igual em todo o País, há diferença na forma de atuar das secretarias. "É estranho que no Mato Grosso, por exemplo, uma licença ambiental para uma PCH saia em no máximo um ano e, no Rio Grande do Sul, demore até três."

Lista de interesses

Flavio Neiva, da Abrage, também teme que, se a opção for um inventário geral do potencial hidrográfico, o mapeamento seja muito demorado. Para otimizar este trabalho, ele propõe que os órgãos ambientais trabalhem em cima de uma lista — definida por empreendedores e pela Aneel — sobre onde há interesse em investir. "A partir de um sinal verde dos órgãos ambientais, as primeiras licenças ambientais seriam emitidas e, só depois, a Aneel licitaria a área", diz. "O empreendedor visualizaria, com isto, o tempo exato para o término do empreendimento, facilitando a decisão de investir."

Enquanto não se altera a estrutura geral do processo de licitação e construção de novas usinas, a Aneel tem trabalhado em parcerias com secretarias estaduais do meio ambiente de nove estados, mais o Ibama, para agilizar a concessão das licenças ambientais. Desde 2001, a agência destinou R\$ 9 milhões para o treinamento de 150 técnicos responsáveis pelo exame dos pedidos de licença ambiental. A verba também serviu para que as secretarias contratassem consultores e se aparelhassem melhor. A idéia era ampliar este ano o programa para outros estados. No entanto, segundo a superintendência de estudos e informações hidrológicas da Aneel, a ampliação do programa está suspensa por causa dos cortes no orçamento por decisão do governo federal.

Além do Rio Grande do Sul, também já há acordo com outros três estados — Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina — para o mapeamento da bacia hidrográfica. A grande vantagem, segundo a superintendência, é que estas medidas minimizam o risco do investidor e o custo do estudo para implantação do projeto. Segundo a superintendência, nos estados que fazem parte dos convênios para treinamento das equipes e mapeamento hidrográfico já houve um aumento no número de licenças ambientais concedidas. Em 2002, nos estados de Minas, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e São Paulo, 54% das licenças solicitadas foram conseguidas no mesmo ano.

Processo de municipalização

Um dos primeiros estados a investir no mapeamento prévio de sua bacia hidrográfica para fins de licitação, o Rio Grande do Sul tenta agora outra alternativa para tornar mais ágil a concessão das licenças ambientais. O governo do estado inicia o processo para municipalizar a concessão das licenças necessárias para a construção de usinas. No dia 30 de maio, a cidade de Santa Cruz do Sul vai sediar o primeiro encontro de prefeitos de 496 cidades gaúchas para discutir o tema.

O secretário do Meio Ambiente do estado, José Alberto Wenzel, embora defenda mudanças no processo de concessão das licenças, diz que a demora decorre, principalmente, em virtude do zelo que as questões envolvendo o meio ambiente requerem. "Temos um quadro competente de técnicos para analisar os pedidos de licença e que são muito cuidadosos no seu trabalho", diz.

Para o secretário, o problema é o número reduzido de funcioná-

rios e o aumento dos pedidos de licença para novas usinas. A secretaria avalia hoje 153 pedidos de licença para a construção de hidrelétricas e térmicas no estado. "Estamos estudando formas de aumentar o número de técnicos da secretaria para acompanhar o crescimento da demanda."

Outra medida adotada pela secretaria é aumentar as bacias hidrográficas previamente analisadas. Hoje, o Rio Grande do Sul tem 16 comitês de bacia em plena atividade. "Até o fim do mandato, a meta é chegarmos a 24 comitês atuando no estado."

Quanto ao programa Sigar, de municipalização da concessão das licenças ambientais, o secretário acredita que vai ser fundamental na busca de maior eficiência. "Esta descentralização é importante porque cada município decidirá sobre a viabilidade da construção de uma usina em sua região, facilitando a análise dos pedidos", diz.

(J.C.)